

Nº ____ - CONTRATO DE ACORDO QUADRO – LOTE 2A

ENTRE:

----- PRIMEIRO: - O Município de Vila Nova de Gaia, Entidade Equiparada a Pessoa Coletiva número 505 335 018, representado por _____, natural da freguesia de _____, concelho de _____, titular do cartão de cidadão número _____, válido até ____ de _____ de _____, com domicílio profissional no indicado Edifício dos Paços do Município, Vereador(a) em Exercício da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que outorga em sua representação, de harmonia com a subdelegação de competências conferida pelo despacho número _____, de _____, do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SEGUNDA:** - A sociedade “**Epopéia – Gestão e Obras Públicas, Lda.**”, com sede na _____, número ____, freguesia de _____, _____, com o capital social de Euros _____, titular de Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas número 21086-PUB, registada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de Marco de Canaveses com o número único de matrícula e pessoa coletiva **503 033 936**, neste ato representada por, neste ato representada por _____, titular do cartão de cidadão número _____, válido até _____, natural da freguesia de _____, com domicílio profissional _____, que outorga na qualidade de

_____, com poderes para obrigar a sociedade, como se verifica na certidão permanente, subscrita em ____ de ____ de ____ e válida até ____ de ____ de ____, mediante a entrega do código de acesso _____, e que se arquiva.-----

----- **E considerando que:** -----

----- 1. Foi celebrado contrato, a 19 de janeiro de 2024, referente ao **Acordo Quadro** a que corresponde o **Lote 2A**, no seguimento do **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO-QUADRO SINGULAR PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS BETUMINOSOS**.-----

----- 2. No âmbito do contrato referido no ponto anterior, foi por despacho do Senhor Presidente da Câmara de ____ de _____ de 20____, nos termos da delegação de competências conferida em reunião da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, simultaneamente, autorizado e adjudicado à segunda outorgante o presente procedimento, desencadeado através de ajuste direto, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de Janeiro, na redação introduzida pelo Decreto Lei n.º 54/2023, de 14/07.-----

----- 3. Pelo referido despacho foi também aprovada a respetiva minuta do contrato.-----

----- É celebrado o presente contrato, livremente e de boa fé, regendo-se pela cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO DO CONTRATO

----- O presente contrato tem por objeto a empreitada
**“2024.AQMPB.2A.08 | Beneficiação do pavimento da Rua
Particular Santo António, Rua Alto das Oliveiras (inclui a
Travessa Alto das Oliveiras) e Travessa Senhor de
Matosinhos, União de Freguesias Santa Marinha e São Pedro
da Afurada”**. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

PREÇO CONTRATUAL

----- 1. O preço desta empreitada é de **Euros 178.543,44 (cento
e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e três euros e
quarenta e quatro cêntimos)**, acrescido do Imposto Sobre o
Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, a pagar de acordo com
os autos de medição da obra a realizar.

----- 2. O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela
rubrica orçamental _____ do Orçamento da Câmara
Municipal, com o compromisso número _____. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

CAUÇÃO

----- 1. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 88º do CCP, será efetuada
a retenção de **10%** do valor dos pagamentos a efetuar.-----

----- 2. A liberação parcial da caução será realizada como
disposto no artigo 295º do CCP.-----

CLÁUSULA QUARTA

PRAZO DE EXECUÇÃO

----- 1. O prazo para execução da obra é de **65 dias** (incluindo sábados, domingos e feriados) e começa a contar-se da data da sua consignação. -----

----- 2. O auto de consignação deverá lavrar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da assinatura deste contrato, da sua produção de efeitos, ou da data em que seja comunicada a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.-----

----- 3. prazo referido no número anterior poderá ser prorrogado pela entidade adjudicante, até mais 60 dias úteis, desde que comunicado ao adjudicatário com a antecedência de 5 dias.-----

CLÁUSULA QUINTA

REVISÃO DE PREÇOS

----- Os cálculos da revisão de preços serão elaborados de acordo com a fórmula tipo estabelecida na cláusula 55ª do caderno de encargos que rege o Acordo Quadro.-----

CLÁUSULA SEXTA

GESTOR DO CONTRATO

----- Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos o Gestor do Contrato do presente procedimento é Duarte Silva, Divisão de Fiscalização de Empreitadas de Vias e Espaço Público. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

COMUNICAÇÕES DURANTE EXECUÇÃO A DO CONTRATO

----- As comunicações, relativas à fase de execução do contrato, entre a entidade adjudicante e o adjudicatário serão, nos termos do artigo 468º do CCP, efetuadas através de correio eletrónico para os seguintes endereços: “dce@cm-gaia.pt” (entidade adjudicante) e “egopsa@gmail.com” (adjudicatário).---

CLÁUSULA OITAVA

ELEMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

----- 1. Consideram-se integrados no presente contrato de empreitada de obras públicas o caderno de encargos que rege o Acordo Quadro ao abrigo do qual o presente contrato está a ser celebrado e demais documentos integrantes do mesmo. -----

----- 2. Integra, também, o presente contrato a lista de preços unitários e o Plano de Segurança e Saúde (PSS), nos termos do Decreto-Lei número 273/2003, de 29 de outubro. -----

----- 3. Os representantes da segunda outorgante, subempreiteiros e trabalhadores independentes, se os houver, obrigam-se ao cumprimento integral do respetivo Plano de Segurança e Saúde (PSS). -----

CLÁUSULA NONA

OMISSÕES CONTRATO

----- Nos casos omissos do presente contrato, ou dos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, nomeadamente, o Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, na redação introduzida pelo Decreto Lei n.º 54/2023, de 14/07 e restante legislação aplicável.-----

----- Pelos representantes dos outorgantes, na qualidade invocada, foi dito que os seus representados aceitam e se obrigam ao integral cumprimento do presente contrato, com todas as suas cláusulas e obrigações decorrentes das condições da proposta adjudicada no **Acordo Quadro – Lote 2A**, bem como plano de trabalhos apresentado pela adjudicatária para a concreta obra objeto do presente contrato, e caderno de encargos apresentado pela entidade adjudicante no dito Acordo Quadro.-----

----- Declaram ainda os representantes dos outorgantes que têm pleno conhecimento do conteúdo dos documentos que fazem parte integrante do processo a que diz respeito este contrato. -----

----- Foram apresentados pela adjudicatária e arquivam-se os seguintes documentos: -----

----- a) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de _____, em _____ de 20____, obtida via internet, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou números 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT); -----

----- b) Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, em _____ de 20____, obtida via internet, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social; -----

----- c) Documento de consulta do alvará de construção, no Portal do IMPIC, onde verifiquei que o alvará de construção está válido passando a ter, conforme dispõe o número 2 do artigo 53º da Lei número 41/2015, de 3 de junho, validade indeterminada no tempo; -----

----- d) Certificados de registos criminais da sociedade e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, comprovativos de que não foram condenados por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos; -----

----- e) Declaração onde consta que não se encontra abrangida por qualquer situação contida no artigo 55º do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, na redação introduzida pelo Decreto Lei n.º 54/2023, de 14/07;-----

----- f) Termo de Responsabilidade do Técnico, a que se refere o artigo 21º da Lei número 40/2015, de 1 de junho. -----

----- g) Documento comprovativo de registo no RCBE em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei número 89/2017, de 21 de agosto. -----

----- Este contrato é feito em duplicado, dele fazendo parte integrante todos os documentos neles referenciados, que se anexam a este original. -----

Vila Nova de Gaia, ____ de _____ de 20____

O REPRESENTANTE DO PRIMEIRO OUTORGANTE,

O REPRESENTANTE DA SEGUNDA OUTORGANTE,